

## **IDEOLOGIA E ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA**

**ELIANA AMARANTE DE MENDONÇA MENDES**  
Universidade Federal de Minas Gerais

Recentemente aposentada como professora de língua alemã desta Faculdade e iniciando nova carreira universitária como professora de língua portuguesa nesta mesma faculdade, fui cumprimentada por um colega pelo meu reingresso na Academia da seguinte maneira:

"-Parabéns! fiquei sabendo que você agora se naturalizou! que está na língua portuguesa! Fiquei satisfeito com isso!"

Um pouco constrangida com o cumprimento, comecei a pensar no que o colega me disse e daí a tecer algumas reflexões sobre minha experiência como professora de língua alemã, sobre minha relação com a língua alemã, com os alemães, com a cultura alemã, e ainda sobre o ensino da língua estrangeira e do vernáculo nesta faculdade.

Constatai algo perplexa que, para o meu referido colega, ser professor de língua estrangeira é ser estrangeiro ou, pelo menos, ser pouco patriota. E eu não gostei de ser assim considerada só porque fui professora de uma língua estrangeira. Não que eu tenha algum preconceito contra estrangeiros, muito pelo

contrário, mas por que não é a verdade: afinal de contas sou brasileira por "jus sanguinis" (direito de sangue) e por "jus soli" (direito de solo). Além disso, sou professora e lingüista por profissão e por opção. Como brasileira e professora, sempre me senti até mesmo na obrigação de participar da educação de outros compatriotas, ensinando uma outra língua que tive a oportunidade de aprender. E com isso, estou certa, além do ensino da língua em si, abri os horizontes de alguns brasileiros para outros pensamentos, outras filosofias, outras tecnologias, outras literaturas. Como lingüista, sempre me achei no direito de trabalhar com qualquer língua natural, seja ela a minha materna ou uma estrangeira, com a neutralidade que a lingüística me confere.

Esse episódio com meu colega, embora aparentemente uma simples brincadeira, revela uma postura ideológica xenófoba que grassou pelo nosso país, da qual a nossa faculdade não ficou livre. Essa xenofobia lingüisticamente se manifestou, do lado da chamada "esquerda", com uma postura ultranacionalista, que não proibiu - porque não tinha poder para tanto - mas que foi contra o ensino de línguas estrangeiras no país e muito influenciou nesse sentido. Na ideologia da esquerda nacionalista, a língua pátria devia ter prioridade absoluta sobre todas as outras línguas. Conseqüência evidente dessa xenofobia foi, no que diz respeito aos cursos fundamentais de 1º e 2º graus, a redução do espaço para as línguas estrangeiras nas grades curriculares. Na universidade, embora de modo não tão evidente, identificam-se também manifestações ultranacionalistas no âmbito das faculdades de Letras, expressas por uma má vontade para compreensão das especificidades do ensino de línguas estrangeiras, por uma discreta tendência, por parte de alguns, a dificultar o acesso ao diploma de língua estrangeira, por uma supervalorização dos estudos lingüísticos do vernáculo em detrimento dos estudos lingüísticos das línguas estrangeiras.

Não se questiona a importância do ensino do vernáculo - ele representa a primeira possibilidade de acesso ao mundo e ao conhecimento e deve, naturalmente, ter seu espaço garantido nos currículos. Limitar-se, no entanto, ao vernáculo é fechar os olhos para a realidade, é ter viseiras, enxergar numa só direção. Como disse o lingüista Mario Wandruska, em sua obra Sprachen - unvergleichlich, aprender línguas estrangeiras nos liberta da crença infantil de que o mundo a nossa volta e dentro de nós é, e tem que ser, da forma como a nossa língua materna o expressa. Na verdade não é assim: outras línguas oferecem outras perspectivas, outras lentes para se ver o mundo.

Para Guimarães Rosa, por exemplo, aprender línguas estrangeiras foi uma forma de enriquecer a própria língua. Ele nos disse:

*"Aprendi algumas línguas estrangeiras apenas para enriquecer a minha própria e porque há demasiadas coisas intraduzíveis, pensadas em sonho, intuitivas, cujo verdadeiro significado só pode ser encontrado no som original." (LORENZ, 1973:338)*

O ensino das línguas estrangeiras, no entanto, foi sempre, em todo o mundo, atropelado por questões político-ideológicas: o imperialista que quer impor sua língua aos colonizados, a colônia que reage contra essa imposição, o regime que proíbe o ensino de línguas faladas por povos de regimes políticos ideologicamente contrários, governos que proíbem o uso de estrangeirismos, o purismo que condena o uso não só de empréstimos como também de quaisquer estrangeirismos, ou uma modalidade de purismo que aceita a contragosto o estrangeirismo mas se recusa a usar a pronúncia estrangeira correta.

Lembremos, por exemplo, na história recente, o caso da China comunista que durante a revolução cultural proibiu o ensino de línguas estrangeiras até mesmo nas universidades. Quando, após a morte de Mao em 1976, o regime comunista chinês sofreu uma relativa abertura, foi espantoso o número de estudantes que queriam aprender línguas estrangeiras, até mesmo (espanto!!!) o português - o que foi mostrado na época por uma reportagem da revista "Veja" e pelo programa "Fantástico". Lembremos, também recentemente, do caso da França que proibiu, por decreto-lei, o uso de palavras inglesas. Até mesmo aqui em Belo Horizonte, tivemos exemplos de posturas ideológicas interferindo no ensino de línguas estrangeiras: durante a segunda guerra, foi fechado o único curso de língua alemã da cidade e, mais recentemente ainda, muitos ainda devem se lembrar, o Curso Audiovisual de Russo, curso de extensão que era ministrado nesta faculdade de Letras pela Profª. Antônia Levy, foi proibido durante o regime militar.

Com essas atitudes os governos tentam evitar as consideradas "más" influências de culturas antagônicas, proteger seus países de contaminações externas, preservar os valores nacionais. Esquecem-se os dirigentes de que, até mesmo para combater inimigos, é necessário conhecê-los.

Embora as línguas, uma vez que faladas por povos, tenham um forte componente cultural, o que tem sido aliás muito enfatizado em alguns modelos lingüísticos mais recentes, questiono a hipervalorização dos aspectos culturais em detrimento dos aspectos propriamente lingüísticos. Como disse Bernard Shaw, "*cultures die sooner than languages*" (as culturas morrem mais cedo que as línguas) e, além do mais, as línguas, mesmo depois de mortas continuam transmitindo idéias, inclusive nos

informando sobre culturas já também inexistentes. Muito do que sabemos sobre gregos e romanos e sobre culturas ainda mais antigas devemos à língua. E ainda mais cedo do que as culturas e línguas, morrem as ideologias. Presenciamos há pouco tempo o desmoronamento da ideologia comunista: que sentido faz hoje a distinção até há pouco tempo válida entre "esquerda" e "direita", cisão do mundo simbolizada pelo **muro de Berlim** ou pela **cortina de ferro**?

Defendo, portanto, a necessidade de uma neutralidade no trato da língua, a possibilidade de estudar a língua também de uma forma independente da postura ideológica adotada pelo povo que a fala: o inglês deve ser ensinado independentemente da nossa simpatia ou antipatia pelo poderio econômico americano, o italiano e o alemão, a despeito de Hitler e Mussolini. Principalmente na Universidade, espaço privilegiado para a preservação do saber, é necessário que seja mantido o espaço para o ensino das línguas estrangeiras. E considerando que dentro da Universidade as faculdades de letras são o espaço natural para o ensino de todas as línguas, nelas a compreensão do valor do **lingüístico** deve ser consensual.

Como me disse nosso colega Háj Ross, quando se aprende um língua estrangeira, está-se aprendendo não só aquela língua, mas também **a aprender línguas**. Acredito também, como Ross, que para se ensinar e se pesquisar quaisquer línguas, mesmo a materna, o ideal é que se saiba como aprender línguas.

## ***Referências bibliográficas***

LORENZ, Günter. Diálogo com a América Latina. São Paulo: E.P.U., 1973, 405 p.

WANDRUSKA, Mario. Sprachen - Vergleichbar - Unvergleichlich. München: R. Piper & Co. Verlag, 1969, 541 p.